

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.525.843 - MG  
(2019/0179007-6)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**AGRAVANTE : CARMO EDUARDO AZEVEDO PEREIRA**  
**ADVOGADO : MARCO ANTONIO DE MORAES LACERDA - MG108934**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

## **EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ENUNCIADO N. 182 DA SÚMULA DO STJ. AGRADO DESPROVIDO.

1. A decisão que não admitiu o recurso especial assentou a ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial e a impossibilidade de revolvimento de matéria fático-probatória na espécie (Súmulas ns. 7 e 83/STJ). No entanto, nas razões do agravo a parte deixou de refutar tais fundamentos, limitando-se a reiterar as razões do recurso especial.
2. Deixando a parte agravante de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, é de se aplicar o Enunciado n. 182 da Súmula deste Superior Tribunal.
3. Agravo desprovido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**